CONTRATO CHAMADA PÚBLICA

CONTRATO N° 03.001/2023

Contrato celebrado entre a Prefeitura Municipal de Luís Correia/PI e: **COOPERATIVA DO AGRANOGÓCIO DO BAIXO PARNAÍBA MARANHÃO, CNPJ: 18. 359.011/0001-28** para **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DESTINADOA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE LUÍS CORREIA/PI.**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE LUÍS CORREIA/PI, pessoa jurídica de direito público, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº. 06.554.448/0001-33, com sede na Av. Prof. Antônio de Pádua da Costa, 271, Centro, Luís Correia/PI CEP: 64.220 –000, neste ato representada pelo Sr. **Mateus Cardoso do Amaral,** Secretário Municipal da Educação, denominado de **CONTRATANTE** e **COOPERATIVA DO AGRANOGÓCIO DO BAIXO PARNAÍBA MARANHÃO, CNPJ: 18. 359.011/0001-28**, com endereço na Av. Roseana Sarney, n° 1, cep: 65.555-000, Itaquipe, Santana do Maranhão-MA, aqui denominada de **CONTRATADO**, neste ato representada por seu representante legal **BERNARDO JOSE DA CONCEIÇÃO**, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 050.082.363-42, **RESOLVEM** celebrar este contrato, perante as testemunhas e fundamentados nas disposições Lei n° 11.947/09 e na **Resolução/CD/FNDE nº 21, de 16 de novembro de 2021**, na **CHAMADA PÚBLICA N° 001/2023** e seus anexos, na proposta da **CONTRATADA**, tudo fazendo parte deste contrato, independentemente de transcrição e mediante as Cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1. **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DESTINADO A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE LUÍS CORREIA/PI**, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, referente aos meses de julho a dezembro de 2023, descritos nos itens enumerados no **ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA**, todos de acordo com a Chamada Pública n.º 2020.01.13.01, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES:

2. O **CONTRATADO** se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao **CONTRATANTE** conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento (ANEXO III).

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS LIMITES:

3.1 O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominado **CONTRATADO**, será de até R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por DAP porano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA DAS MERCADORIAS:

4.1 O início para entrega das mercadorias será imediatamente após o recebimento da Ordem de Compra, expedida pela Secretaria Municipal de Educação sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidadeadquirida ou até 31 de dezembro de 2020.

a) A entrega das mercadorias deverá ser no deposito da Merenda Escolar, situado na Rua José Ivo dos Santos, S/N, Bairro Centro, Luís Correia/PI, de acordo com a Chamada Pública nº 001/2023 e **ANEXO I**.

b) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do **TERMO DE RECEBIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR** e será recepcionada pela pessoa responsável de recebimento da alimentação definido pela Escola.

CLÁUSULA QUINTA – Do Preço e do Pagamento:

5.1 Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda deGêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o **CONTRATADO** receberá o valor total de R$ 291.723,00 (duzentos e noventa e um mil, setecentos e vintes e tres reais).

FORNECEDOR	ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUAT	Valor UNITÁRIO	VALOR TOTAL
COOPERATIVA DO AGRANOGÓCIO DO BAIXO PARNAÍBA MARANHÃO, CNPJ: 18. 359.011/0001-28	4.	ABACAXI (TAMANHO MÉDIO, IN NATURA, DE BOA QUALIDADE, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM APROPRIADA)	KG.	3.000	R$ 6,83	R$ 20.490,00
COOPERATIVA DO AGRANOGÓCIO DO BAIXO PARNAÍBA MARANHÃO, CNPJ: 18. 359.011/0001-28	5.	ALHO (FIRME E INTACTO, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA, PERFURAÇÕES E CORTES, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO, ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS.)	KG	500	R$ 25,53	R$ 12.765,00
COOPERATIVA DO AGRANOGÓCIO DO BAIXO PARNAÍBA MARANHÃO, CNPJ: 18. 359.011/0001-28	10.	CAJU (IN NATURA, DE BOA QUALIDADE, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM APROPRIADA.)	KG	900	R$ 12,00	R$ 10.800,00
COOPERATIVA DO AGRANOGÓCIO DO BAIXO PARNAÍBA MARANHÃO, CNPJ: 18. 359.011/0001-28	17.	FRANGO (CONGELADO DE PRIMEIRA QUALIDADE, SEM TEMPERO, COM SELO DO ÓRGÃO COMPETENTE - SIF OU SIE)	KG	5.000	R$ 19,95	R$ 99.750,00
COOPERATIVA DO AGRANOGÓCIO DO BAIXO PARNAÍBA MARANHÃO, CNPJ: 18. 359.011/0001-28	20.	MELÃO (IN NATURA, LAVADA, DE BOA QUALIDADE, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA, ACONDICIONADAS EM EMBALAGENS APROPRIADAS.)	KG	3.000	R$ 5,03	R$ 15.090,00
COOPERATIVA DO AGRANOGÓCIO DO BAIXO PARNAÍBA MARANHÃO, CNPJ: 18. 359.011/0001-28	22.	MILHO VERDE EM ESPIGA (IN NATURA, LAVADA, DE BOA QUALIDADE, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA, ACONDICIONADAS EM EMBALAGENS APROPRIADAS.)	KG	1.300	R$ 7,73	R$ 10.049,00

COOPERATIVA DO AGRANOGÓCIO DO BAIXO PARNAÍBA MARANHÃO, CNPJ: 18. 359.011/0001-28	26.	MAXIXE, IN NATURA, ISENTA DE SUJIDADES, ACONDICIONADAS EM EMBALAGENS APROPRIADAS.	KG	100	R$ 6,03	R$ 603,00
COOPERATIVA DO AGRANOGÓCIO DO BAIXO PARNAÍBA MARANHÃO, CNPJ: 18. 359.011/0001-28	27.	QUIABO, IN NATURA, ISENTA DE SUJIDADES, ACONDICIONADAS EM EMBALAGENS APROPRIADA	KG	200	R$ 7,95	R$ 1.590,00
COOPERATIVA DO AGRANOGÓCIO DO BAIXO PARNAÍBA MARANHÃO, CNPJ: 18. 359.011/0001-28	28.	TANGERINA, IN NATURA, LAVADA, DE BOA QUALIDADE, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA, ACONDICIONADAS EM EMBALAGENS APROPRIADAS.	KG	300	R$ 6,55	R$ 1.965,00
COOPERATIVA DO AGRANOGÓCIO DO BAIXO PARNAÍBA MARANHÃO, CNPJ: 18. 359.011/0001-28	31.	FEIJÃO VERDE, EMBALADO EM SACO PLASTICO TRANSPARENTE DE 1 KG	KG	1.300	R$ 15,17	R$ 19.721,00
COOPERATIVA DO AGRANOGÓCIO DO BAIXO PARNAÍBA MARANHÃO, CNPJ: 18. 359.011/0001-28	32.	OVO DE GALINHA, BRANCO, GRANDE, ISENTO DE SUJIDADES, FUNGOS OU SUBSTANCIAS TÓXICAS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA. RÓTULO CONTANTO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E VALIDADE, CARTELA CONTENDO 30 UNIDADES.	CARTELA	3.000	R$ 25,50	R$ 76.500,00
COOPERATIVA DO AGRANOGÓCIO DO BAIXO PARNAÍBA MARANHÃO, CNPJ: 18. 359.011/0001-28	33.	PÃO MASSA FINA - TIPO HOT DOG OU HAMBÚRGUER, EM EMBALAGEM PRIMÁRIA DE 500G, COM 10 UNIDADES DE 50 G CADA. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 07 DIAS DA DATA DA ENTREGA.	PCT	2.000	R$ 11,20	R$ 22.400,00
VALOR TOTAL						**R$ 291.723,00**

5.2 O pagamento será efetuado até o 15º (décimo quinto) dia subsequente a entrega dos produtos, mediante apresentação da **Nota Fiscal**, devidamente atestada por servidor responsável derecebimento da Escola.

CLÁUSULA SEXTA – DA NECESSIDADE DE INFORMAÇÃO:

6 Os **CONTRATADOS FORNECEDORES** ou as **ENTIDADES ARTICULADORAS** deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA COMPOSIÇÃO DOS VALORES:

7 No valor mencionado na Cláusula Sexta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DESPESAS:

8 As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta do **PROGAMA NACIONAL DEALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE.**

CLÁUSULA NONA – DO PROCEDIMENTO DE PAGAMENTO:

9 O **CONTRATANTE**, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, alínea "b", e após a o Recebimento das Notas Fiscais correspondentes, efetuará o seu pagamento no valor

referente ao **TERMO DE RECEBIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR**, mediante deposito em conta corrente ao contratante. Não será efetuado qualquer pagamento ao **CONTRATADO** enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO PAGAMENTO

10 Os pagamentos serão efetuados da seguinte forma:

a) O pagamento será efetuado até o 15º (décimo quinto) dia subsequente a entrega dos produtos, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento da Escola.

b) O pagamento será efetuado, mediante deposito em conta corrente ao portador (pessoa física ou jurídica conforme o grupo).

c) Os encargos sociais estão inclusos nos valores constantes da proposta (projeto), em conformidade com a legislação vigente.

d) A cada pagamento o **credenciado** deverá juntar à sua nota fiscal, as certidões de regularidade fiscal que lhe foram exigidas na habilitação desta Chamada Pública (no caso de Grupo Formal).

CLÁUSULA ONZE – DAS PENALIDADES:

11 O **CONTRATANTE** que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do C**ONTRATADO FORNECEDOR**, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

CLÁUSULA DOZE – DA INADIMPLÊNCIA DO CONTRATANTE

12 Os casos de inadimplência da **CONTRATANTE** proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei n°11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

CLÁUSULA TREZE - DA GUARDA DA DOCUMENTAÇÃO PELO CONTRATADO:

13 O **CONTRATADO FORNECEDOR** deverá guardar pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, cópias **CONTRATADO FORNECEDOR** deverá guardar pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para

comprovação.

CLÁUSULA QUATORZE – DA GUARDA DA DOCUMENTAÇÃO PELO CONTRATANTE

O **CONTRATANTE** se compromete em guardar pelo prazo de 05 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA QUINZE - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a) As mercadorias deverão ser rigorosamente àqueles descritos na Chamada Pública, não sendo aceito em nenhuma hipótese, outro diverso daquele.

b) Os preços cotados incluem todas as despesas de custo, seguro, frete, encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas ou de qualquer outra natureza.

c) Durante a Vigência do contrato, a **CONTRATADA** deverá atender prontamente às requisições e especificações deste **TERMO DE REFERÊNCIA,** a partir da solicitação através de ordem deserviço/requisição do Setor solicitante.

d) Responsabilizar-se pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação.

e) Responder integralmente pelas obrigações contratuais, no caso de, em qualquer hipótese, os empre- gados da **CONTRATADA** intentarem reclamações trabalhistas contra a Contratante.

f) Providenciar afastamento imediato, das dependências da sede da **CONTRATANTE**, de qualquer empregado cuja permanência seja por ela considerada inconveniente.

g) Manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos.

h) Apresentar, no caso de pessoa jurídica, a cada pagamento, quando houver fornecimento de mão de obra, a quitação para com a Seguridade Social (CND) e FGTS.

i) Responsabilizar-se por todos os encargos sociais e trabalhistas.

j) Não prestar declarações ou informações sem prévia autorização por escrito da CONTRATANTE a respeito do presente contrato e dos serviços a ele inerentes;

k) Cumprir os serviços conforme disposições do presente contrato;

l) Indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados à Secretaria de Educação ou a Prefeitura ou a terceiros, por ação ou omissão no fornecimento do presente Contrato.

m) Prestar as informações e esclarecimentos sempre que solicitados pela Contratante.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

a) Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato e emissão da ordem de compra, com base nas disposições da Lei 8.666/93 e suas alterações.

b) Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a prestação;

c) Efetuar o pagamento dos Documentos de Cobrança, no prazo acertado nas condições de pagamento, desde que os mesmos sejam apresentados na conformidade nas normas contratuais e observem as exigências da legislação aplicável;

d) Permitir o livre acesso dos empregados, encarregados e/ou prepostos da **CONTRATADA** para a execução dos serviços;

e) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados, encarregados e/ou prepostos da **CONTRATADA**, desde que inerentes ao objeto do Contrato;

f) Pela inexecução parcial ou total do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA** as penalidades de constantes do art. 86 e 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

g) A multa contratual fica estabelecida em 10% (dez por cento) do valor total do contrato.

h) O atraso nos serviços implicará em multa diária de 0,5% (meio por cento) dos serviços não executados na data aprazada, incidindo igual multa no caso de serviços divergentes das especificações.

i) No segundo atraso, a **CONTRATANTE** poderá além da multa aplicar cumulativamente a advertência e a partir do terceiro, fica facultada a aplicação da cumulada da suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração.

j) O valor das multas será descontado diretamente de quaisquer créditos porventura existentes em favor da **CONTRATADA**, junto quaisquer órgãos ou entidades integrantes da Administração Pública Municipal, a critério do **CONTRATANTE.**

CLÁUSULA DEZESETE – DA RESPONSABILIDADE POR DANOS:

17. É de exclusiva responsabilidade do **CONTRATADO FORNECEDOR** o ressarcimento de danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

18. O **CONTRATANTE** em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

a) Modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do **CONTRATADO**;

b) Rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ouinaptidão do **CONTRATADO**;

c) Fiscalizar a execução do contrato;

d) Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a **CONTRATANTE** alterar ou rescindir o contrato sem culpa do **CONTRATADO**, deve ser respeitado o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

CLÁUSULA DEZENOVE – DAS MULTAS:

19. A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE** ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA VINTE – DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL:

20. A fiscalização do presente Contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, do Conselho de Alimentação Escolar e outras entidades eventualmente designadas pelo FNDE.

CLÁUSULA VINTE E UM – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

21. O presente contrato rege-se, ainda, pela Chamada Pública nº001/2023, pela **Resolução/CD/FNDE nº 21, de 16 de novembro de 2021** e o dispositivo que a regulamente, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omisso.

CLÁUSULA VINTE E DOIS – DO ADITAMENTO CONTRATUAL:

22. Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardada as suas condições essenciais.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS – DAS COMUNICAÇÕES:

23. As comunicações com origem neste Contrato deverão ser formais e expressas, por escrito, quesomente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, transmitido pelas partes.

CLÁUSULA VINTE E QUATRO – DA RESCISÃO:

24. Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por escrito, consoante, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

a. Por acordo entre as partes;
b. Pela inobservância de qualquer de suas condições;
c. Quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA VINTE E CINCO – DA VIGÊNCIA:

25. O presente contrato vigorará na data da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridosou até 31 de dezembro de 2023.

CLÁUSULA VINTE E SEIS – DO FORO:

26. É competente o Foro da Comarca de Luís Correia/PI para dirimir qualquer controvérsiaque seoriginar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias deigual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Luis Correia-PI, 01 de junho de 2023.

Mateus Cardoso do Amaral
Secretário de Educação
CONTRATANTE

BERNARDO JOSE DA CONCEIÇÃO
CONTRATADO